

Grandes Tendências da Regulação e Supervisão do Setor Financeiro

Intervenção do Presidente da ASF, Professor Doutor José Figueiredo Almaca, na Conferência Internacional organizada pelo CIRS – Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro, em parceria com a ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e o Banco de Portugal

Lisboa, 25 Junho 2015

Fundação Calouste Gulbenkian

Muito bom dia a todos,

Falar hoje sobre as grandes tendências da regulação e supervisão do setor financeiro é, infelizmente, indissociável da crise financeira que vivemos desde 2007. Pela sua amplitude e gravidade, esta crise tem submetido as economias e as sociedades a constrangimentos verdadeiramente inusitados, exigindo dos diversos intervenientes, e em particular dos agentes financeiros, um esforço intenso e constante no sentido não apenas de encontrar solução para os problemas existentes, mas também de descobrir e apurar metodologias de natureza preventiva que permitam, tão eficazmente quanto possível, detetar e antecipar o surgimento de semelhantes problemas.

Neste contexto, contudo, subsiste sempre alguma controvérsia e levantam-se variadas interrogações, uma vez que se revela particularmente difícil refletir sobre esta problemática sem pôr em causa as regulamentações e os arranjos institucionais que foram sendo estabelecidos e que vigoraram ao longo das duas últimas décadas que precederam a crise, e sem encontrar em ambas algumas fragilidades. O descontentamento manifesta-se sobretudo no âmbito do comportamento prudencial e da vigilância da estabilidade financeira, bem como ao nível da proteção dos investidores e à adequação das infraestruturas financeiras de informação, qualificação, revisão e verificação, o que converte naturalmente este aspetos em vetores de atuação *core*, portanto merecedores de redobrada atenção

As grandes questões que se colocam atualmente não são sobre a necessidade ou não de uma intervenção pública no domínio da regulação e supervisão do sistema financeiro, antes se situam no plano da sua fundamentação básica, hierarquização de objetivos, intensidade e adequado alinhamento com as características de um negócio financeiro crescentemente intrincado e complexo.

Neste contexto, convém sublinhar que esta crise financeira não foi unicamente de entidades específicas, por más administrações individuais. Pelo contrário, o seu alcance estendeu-se a sistemas e mercados, acabando por pôr em causa um conjunto de axiomas, simplificações, visões e crenças sobre o funcionamento racional e eficiente dos mercados, sobre os quais pairou durante muito tempo uma aura de infalibilidade.

Em consequência, a revisão e reforma da regulação e supervisão financeira, assim como dos conteúdos e mandatos do seu âmbito institucional, tornaram-se especialmente necessárias, como o foi também a configuração das redes de segurança e dos esquemas de resolução de entidades em crise. Compreensivelmente, todas estas transformações se aceitam, devendo ser ajustadas em profundidade à luz da evidência recente.

Repensar a regulação e supervisão exige, porém, especial sensibilidade, por forma a garantir que a realidade que daí emergir não resvala para a intervenção excessiva e para uma regulação complexa, e muitas vezes sobreposta, sem calibrar suficientemente a sua eficácia nem ponderar os efeitos indesejados, sejam estes sobre a própria funcionalidade ou eficácia do sistema financeiro ou sobre a sua melhor supervisão e controlo.

Assim, à existência de uma responsabilidade privada assente em boa *governance*, rigoroso controlo interno e escrupuloso cumprimento dos deveres fiduciários das entidades, torna-se necessário associar o precioso complemento das ações públicas dirigidas a corrigir condutas e remediar prontamente as situações críticas que possam pôr em perigo a estabilidade financeira e gerar custos ao conjunto do sistema financeiro e à economia no seu todo.

Tal abordagem requer princípios legais robustos, normas rigorosas e instituições fortes, reforçadas estas com mandatos e capacidades operacionais suficientes para resoluções rápidas e facilitar ações mais expeditas e eficientes dos órgãos judiciais. A este respeito, a recente crise revelou como são importantes os mecanismos e instituições de intervenção e resolução para o bom funcionamento do sistema financeiro, em complemento e em

consonância com a adequada imputação de cargas de capital e a exigência de capacidades efetivas de absorção de prejuízos pelas próprias entidades, através de recursos de capital e passivos subordinados suficientes.

Por último, é de salientar a crescente importância que tem vindo a ser dada à vertente de supervisão macroprudencial do sistema financeiro. Neste aspeto, é crucial assegurar a compreensão adequada das suas várias componentes, com particular destaque para o setor segurador. Dado o modelo de negócio marcadamente distinto do do setor bancário, as medidas de regulação e a supervisão têm necessariamente de ser desenvolvidas de forma diferenciada e com o devido reconhecimento das suas especificidades.

Neste sentido, e conforme foi reconhecido pela Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS), os supervisores do setor segurador devem desempenhar um papel liderante no desenvolvimento dos mecanismos de monitorização e das propostas regulatórias em sede macroprudencial para o setor segurador. Tal resulta do seu conhecimento profundo do perfil de risco do setor e do impacto que as variáveis macroeconómicas exercem, na prática, sobre as dinâmicas dos vários riscos.

Muito obrigado.